



PLANO DE GOVERNO

**Prefeito Nicolás
Trancho e
Vice Artur Depizzol**

**Se Vila Velha
fosse nossa!**

2024

PROGRAMA DE GOVERNO PREFEITURA DE VILA VELHA

FEDERAÇÃO PSOL/REDE

Nícolas Tranco – 50 – Prefeito

Artur Depizzol – Vice-Prefeito

**POR UMA CIDADE DEMOCRÁTICA, POPULAR, SUSTENTÁVEL,
ANTIRRACISTA, ANTIMACHISTA, ANTICAPACITISTA E ANTILGBTQIAFÓBICA**

Vila Velha/ES

Agosto de 2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. PROGRAMA - SE VILA VELHA FOSSE NOSSA.....	7
2. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL DE VILA VELHA?.....	8
3. O QUE QUEREMOS PARA NOSSA CIDADE?.....	9
EIXOS PROGRAMÁTICOS	10
4. EIXO 1. CIDADE E TERRITÓRIO	10
4.1 GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPATIVA.....	10
4.2 ECONOMIA, TRABALHO E RENDA.....	12
4.3 TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA.....	14
4.4 MEIO AMBIENTE NA CIDADE.....	15
4.5 CAUSA ANIMAL	21
4.6 CULTURA.....	22
4.7 CIDADE CONECTADA.....	23
5. EIXO 2. POLÍTICA SOCIAL PARA TODOS E TODAS.....	24
5.1. ESPORTE / LAZER.....	24
5.2. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	26
5.2.1 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	28
5.3. SEGURANÇA CIDADÃ, INTERATIVA E PREVENTIVA	28
5.4. SAÚDE PÚBLICA E UNIVERSAL.....	30
5.4.1 SAÚDE MENTAL.....	32
5.5. EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRESENCIAL	34
5.5.1 VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	37

5.5.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	39
5.5.3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS....	40
5.5.4. INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO	40
6. MORADIA COMO DIREITO	41
EIXO 3. POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE, MINORIAS E INVISIBILIZADOS	42
7. POPULAÇÃO LGBTQIAPN+.....	43
8. POLÍTICAS PARA AS MULHERES.....	45
9. COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PESCADORES ARTESANAIS.....	47
10. POPULAÇÃO IDOSA.....	48
11. ACESSIBILIDADE: UMA CIDADE PARA TODOS E TODAS.....	49
12. PESSOAS JOVENS	51
13. CONCLUSÃO.....	53

INTRODUÇÃO

Na formulação do programa para o pleito de 2024, o PSOL apresenta as suas concepções gerais sobre a relação institucional, cidadão-município, e a dimensão estratégica de seu projeto de poder. Ao vencer as eleições municipais para a cidade de Vila Velha, será o momento de demonstrar a capacidade de atender às demandas dos munícipes. Isso envolverá uma mudança qualitativa na administração municipal, com a introdução efetiva dos princípios para o serviço público, visando melhorar satisfatoriamente o dia a dia da população.

Nosso compromisso é transformar Vila Velha em uma cidade mais justa, inclusiva e próspera para todos e todas. Este plano de governo foi elaborado com o objetivo de promover a justiça social, valorizar a diversidade, garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, aprimorar os serviços públicos e combater o racismo em todas as suas formas.

Este Programa para o Município de Vila Velha dialoga com o Projeto de cunho mais amplo, social e político do PSOL, tendo o socialismo como horizonte, no âmbito de uma gestão municipal. A vinculação a este Projeto societário possibilita a defesa do ponto de vista imediato das necessidades dos/as trabalhadores/as do município, a partir da ampliação das políticas sociais e públicas, bem como ampliando a entrada da população nos espaços de gestão, decisão e participação política no interior da esfera pública.

Acreditamos que uma gestão pública eficiente e sensível às necessidades da população é fundamental para construir um município onde todos tenham acesso a oportunidades e direitos iguais. Por isso, propomos uma série de medidas inovadoras e integradoras, focadas em assegurar o bem-estar e a dignidade de cada cidadão vilavelhense.

É importante destacar que, na conjuntura brasileira contemporânea, o projeto de uma sociedade socialista se choca com o avanço da extrema-direita, que apela ao conservadorismo e ao fundamentalismo religioso, rejeitando os grupos populacionais LGBTQIAPN+, a população negra, as mulheres, os indígenas, a organização da classe trabalhadora entre outros.

Vale lembrar que uma boa parte da população de Vila Velha, tende ao conservadorismo. Entretanto, precisamos governar para todos e todas, apresentando a

Vila Velha que queremos, e mostrar como nossas propostas podem trazer um melhor bem-estar para toda a população.

Estamos comprometidos em trabalhar incansavelmente para implementar políticas públicas que respeitem e valorizem a diversidade, promovam a equidade e combatam qualquer forma de discriminação. Nosso objetivo é criar uma Vila Velha onde todos e todas possam viver com segurança, respeito e oportunidades reais de desenvolvimento.

Convidamos você a conhecer detalhadamente nossas propostas e a se juntar a nós nessa jornada de transformação, rumo a uma cidade mais justa e humana para todos e todas.

1. SE VILA VELHA FOSSE NOSSA

Para a formulação do programa de governo, o diretório do PSOL Vila Velha, junto com sua militância, criou o programa “Se Vila Velha fosse nossa”. O objetivo é reunir propostas de políticas públicas para a cidade. Este é um trabalho aberto, contínuo e de permanente diálogo, promovendo formação política, ambiental e social. Buscamos soluções para os bairros em parceria com a população, que vive o dia a dia da cidade e conhece profundamente seus problemas e necessidades.

Não pretendemos esgotar, neste documento, o conjunto de medidas necessárias às mudanças que a cidade precisa. O programa parte do acúmulo de debates internos do PSOL e das organizações populares, a partir dos encontros realizados pelo Programa Se Vila Velha Fosse Nossa, amplia ao chamar a sociedade a construir o projeto de cidade que queremos.

Vila Velha enfrenta hoje profundas desigualdades, uma grande sensação de insegurança e uma desvalorização tremenda dos serviços públicos. Não percebemos ações que melhorem essa situação. Não podemos mais aceitar que o município seja governado da mesma forma dos últimos anos, com a Prefeitura ignorando a enorme parcela da população trabalhadora que vive esquecida nos bairros mais afastados das áreas consideradas nobres. É hora de quebrar a lógica do abandono e fazer da periferia o centro das atenções e das decisões do município.

O Programa de Governo do PSOL Vila Velha 2024 expressa, nas candidaturas ao executivo e ao legislativo, propostas para pôr fim ao histórico de exclusão e aponta o caminho para Uma Outra Vila Velha Possível. Nosso compromisso é construir uma cidade democrática, justa, popular, acessível, sustentável, antirracista, sem machismo e livre de violência contra a população LGBTQIAPN+.

Governar a Prefeitura é crucial para evidenciar os interesses em disputa em nossa cidade, atuando como um instrumento importante para inibir, dentro dos limites da administração municipal, a dominação econômica, política e cultural em uma cidade dividida em classes. A camada mais pobre da população enfrenta condições mais difíceis de sobrevivência, trabalho, renda, acesso à alimentação, lazer, esporte, educação, cultura e outros direitos básicos. Nossa proposta visa enfrentar essas desigualdades, garantindo que a administração municipal trabalhe ativamente para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos, especialmente os mais

vulneráveis.

2. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DE VILA VELHA

Vila Velha é uma cidade marcada por profundas desigualdades socioeconômicas. A população enfrenta grandes desafios relacionados à distribuição de renda, emprego e acesso a serviços públicos de qualidade. As áreas mais afastadas, em particular, sofrem com a falta de infraestrutura, oportunidades de trabalho e recursos básicos.

Vila Velha é a 3ª economia do ES, contando com um PIB de R\$16,3 bilhões, segundo levantamento feito pelo Instituto Jones dos Santos Neves¹ em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e referem-se ao ano de 2021, sendo que 63,4% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (19,6%), da administração pública (16,8%) e da agropecuária (0,2%).

No que diz respeito ao orçamento do município para 2024, o valor total aprovado foi de R\$2.002.647.717,83, o mais alto dos últimos anos. Além disso, Vila Velha tem um caixa de R\$80,8 milhões. Isso quer dizer algo bem simples: se a cidade está abandonada e o povo, esquecido, a responsabilidade é quase toda de quem comanda a Prefeitura, pois a caneta do prefeito tem peso e pode mudar a realidade.

Não dá para aceitar que, diante de números tão superlativos e tendo voz ativa no ES para fazer a diferença, Vila Velha seja marcada por extremos e exiba indicadores de qualidade de vida tão díspares. Em bairros nobres, qualidade de vida de países ricos. Nos fundões da periferia, convivemos com números iguais aos dos países mais pobres do mundo.

Enquanto a prefeitura constrói Unidades Básicas de Saúde em bairros nobres, nos bairros periféricos, as atuais UBS são negligenciadas, falta médico, a população fica meses para conseguir uma consulta e amarga filas gigantescas. O descaso com a Saúde é crônico. Uma realidade inaceitável e que exige coragem para mudar.

Para transformar essa realidade, é necessário implementar políticas públicas que promovam a inclusão social, a valorização dos serviços públicos e a equidade econômica. O objetivo é criar uma cidade onde todos os cidadãos, independentemente

¹ <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/cadernos/pib-municipal>

de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso a uma vida digna e oportunidades justas.

A cidade precisa de respostas rápidas e que devem ser dadas a partir de primeiro de janeiro de 2025.

3. O QUE QUEREMOS PARA VILA VELHA?

O primeiro passo é ter o compromisso de dar prioridade a quem, hoje, é tratado como invisível. É necessário e urgente que rompamos com a lógica de cidade que foi e vem sendo implementada ao longo da história de Vila Velha.

Nossa cidade não pode ser tratada apenas como uma mercadoria. Um modelo de gestão como o atual, um projeto político neoliberal de exclusão, não combate às desigualdades. No lugar deste modelo, queremos que as pessoas participem, de verdade, das decisões do poder público.

Propomos para Vila Velha um amplo processo de mobilização social e de discussão dos rumos da cidade por meio de assembleias territoriais, plenárias temáticas, fóruns, congressos temáticos e na ação deliberativa dos Conselhos Democráticos na formulação e fiscalização da execução das políticas públicas, que resultam no Congresso da Cidade. Com ele, pretendemos debater democraticamente e planejar com a população os rumos da vida de Vila Velha, com vistas a dar respostas imediatas ao quadro de desigualdade social e econômica presente no município.

Saber onde e quanto se gasta é fundamental para que se corrijam as distorções dos investimentos, buscando superar as desigualdades e possibilitando a participação social.

EIXOS PROGRAMÁTICOS

Nosso programa é dividido em eixos programáticos que têm como fio condutor a melhoria dos serviços prestados pela Prefeitura, valorizando o funcionalismo público municipal e planejando a aplicação equitativa dos recursos públicos com base na escuta das comunidades. Temos o compromisso de oferecer serviços públicos que atendam aos direitos e às necessidades essenciais da população. Uma das principais características do nosso programa é a transversalidade das ações. Precisamos de soluções eficazes e capazes de suprir as necessidades reais da população.

O Programa de Governo detalhado a seguir é o caminho para construir uma cidade com a cara do nosso povo. Como já dissemos, a população pobre será o centro das atenções, com políticas públicas que priorizam a vida das pessoas e a participação popular.

É a hora e a vez do povo ter o comando em uma das cidade mais importantes e mais ricas do Espírito Santo!

4. EIXO 1. CIDADE E TERRITÓRIO

4.1 GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA

O município de Vila Velha enfrenta atualmente desafios significativos em sua gestão político-administrativa. Existe uma relação de cumplicidade entre o executivo e o legislativo, a qual, por vezes, compromete o avanço na garantia de direitos e dá preferência à vontade absoluta do gestor municipal e aos interesses dos grandes grupos econômicos. É crucial que a relação entre os diferentes poderes se concentre em ampliar a garantia de direitos e o acesso da população às políticas sociais. Para isso, é urgente modificar a estrutura política e decisória vigente no município, criando mecanismos que permitam a participação ativa da população nas decisões. Dessa forma, os cidadãos poderão expressar suas reais necessidades e o poder público poderá atuar de maneira mais efetiva para atendê-las.

Assim, propomos:

- Utilizar a tecnologia para aperfeiçoar o uso da máquina pública, sendo utilizado mecanismos alternativos, como plataformas *online*, garantindo acesso à população que não dispõe desses recursos;

- Racionalização da máquina administrativa, reduzindo os cargos de confiança ao estritamente indispensável e aproveitando ao máximo os servidores de carreira em cargos de direção;
- Estabelecer critérios qualitativos, quantitativos, claros e transparentes de incentivos fiscais;
- Garantir a separação entre o interesse público e o privado, com transparência administrativa, fiscalização democrática sobre as ações do governo Municipal e o uso dos recursos públicos, e auditoria rigorosa das contas públicas;
- Revisar todos os contratos terceirizados com vistas, melhorias da prestação dos serviços prestados a população ao invés de priorizar o interesse de empresários;;
- Valorizar os servidores e servidoras públicos municipais, com melhoria do salário, qualificação profissional, criação/revisão de plano de cargos e salários;
- Difundir para os cidadãos seus direitos, a estrutura e o funcionamento da Prefeitura e da Câmara Municipal e as formas possíveis de participação na gestão pública, com a divulgação de espaços de controle social e participação popular e a realização de campanhas educativas a esse respeito;
- Criar política de divulgação e informação das políticas sociais que dialoguem com os veículos comunitários de comunicação, como rádio poste, páginas de notícia da cidade em redes sociais e com espaços públicos como escolas, associações de bairro, entre outros;
- Fortalecimento dos conselhos municipais, criando um espaço virtual para divulgação dos calendários de reuniões, atas, áudios, vídeos e decisões tomadas, e estabelecendo uma política de formação permanente de seus membros;
- Fortalecimento da autonomia das organizações comunitárias e movimentos sociais, suas manifestações e expressões nos espaços públicos da cidade;
- Assegurar que o secretariado municipal reflita a diversidade da população local, promovendo a equidade de oportunidades e a representatividade de gênero e raça nos espaços de decisão.
- Formar uma comissão independente composta por especialistas em diversidade,

representantes da sociedade civil para supervisionar o processo de seleção dos secretários e cargos comissionados;

- Realizar reuniões mensais com o secretariado em espaço público com ampla divulgação para a população;
- Realizar conferências municipais anuais, seminários, fóruns e reuniões para debater as políticas sobre todas as temáticas referentes à cidade, a fim de promover a gestão democrática;
- Fomentar a criação de cotas para a comunidade trans em concursos públicos municipais.
- Estabelecer o **Congresso da Cidade: Uma Administração do Povo para o Povo**. O Congresso da Cidade deve envolver toda Vila Velha, colocando em discussão as prioridades para a administração e a aplicação dos recursos municipais. A possibilidade de discutir a totalidade dos recursos municipais visa garantir a equidade dos serviços oferecidos à população, reduzindo as desigualdades sociais. Esta será a marca da ação democratizante e popular da Administração Municipal conduzida pelo PSOL.

4.2 ECONOMIA, TRABALHO E RENDA

Historicamente o município de Vila Velha é marcado por extrema desigualdade social. A concentração da riqueza se evidencia na forma como o território do município está ocupado, de modo que parte significativa da população sobrevive com muitas dificuldades quanto à vida material, haja vista a falta de alimentação, de acesso à saúde e outras necessidades básicas. Esta população reside em bairros e regiões específicas do território municipal, sendo majoritariamente negra.

A desigualdade social e racial se explica pela forma como nossa economia está organizada (no país e no mundo), sendo estruturante de nossa organização social o processo de apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Neste sentido, o PSOL, como partido de esquerda e que tem por projeto de sociedade o socialismo, objetiva no campo da economia pensar formas de redução dessa histórica desigualdade social na cidade de Vila Velha.

Diante disso, propomos:

- Política de redução do trabalho informal e de estímulo à micro e pequena empresa;
- Qualificação profissional para os trabalhadores que atuam na área de serviços;
- Criação de uma política de incentivo às atividades econômicas familiar e de fundo de quintal;
- Criar uma política econômica que eduque a população sobre o valor social do tributo. Promover cursos e atividades que busquem dialogar com a população de forma didática e transparente das ações executadas a partir da arrecadação tributária e de sua importância
- Revisão das isenções fiscais para as grandes empresas e estímulo às pequenas e microempresas;
- Oferecer incentivos para empresas que adotem práticas sustentáveis e socialmente responsáveis e penalizar quem pratica ações prejudiciais ao meio ambiente e aos direitos dos trabalhadores;
- Fortalecer as associações e cooperativas de pequenos produtores rurais e pescadores, visando o fornecimento de alimentos para a merenda escolar, hospitais, casas de repouso, casas de passagem, prisões e abrigos;
- Registro e profissionalização dos trabalhadores e trabalhadoras de reciclagem, com todos participando de cooperativas e associações;
- Promover o turismo de forma profissional a fim de gerar riqueza para o município.
- Implementar Frentes de Trabalho com contratação de mão-de-obra direta ou por meio de organizações populares, em cooperativas ou associações, para serviços, tais como: serviços de limpeza urbana e saneamento básico; cuidado a idosos; reflorestamento e reparação de danos ambientais, conservação de jardins e de áreas verdes públicas de pequena extensão; obras de moradia e infraestrutura; produção agrícola orgânica para merenda escolar e outras políticas públicas de segurança alimentar; confecção de uniformes escolares e outros uniformes de serviço público;

- Apoiar a manutenção de postos de trabalho através da recuperação de empresas em crise por seus trabalhadores organizados em autogestão;
- Promover políticas de economia solidária e sustentável, como energias renováveis, agricultura urbana e projetos de reciclagem, visando a criação de empregos sustentáveis.
- Criar espaços de coworking e incubadoras de empresas e cooperativas para apoiar startups e iniciativas inovadoras, oferecendo mentoria e infraestrutura.

4.3 TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana é um direito de todos e todas, haja vista a previsão constitucional do “direito de ir e vir”. Entretanto, este direito por vezes é violado devido aos interesses das empresas privadas de transporte urbano, que não garante o acesso igualitário, nem a sustentabilidade.

A gestão do PSOL fortalecerá a atuação do poder público municipal no transporte e mobilidade urbana para garantir esse direito à população, tendo como princípios a redução da poluição do ar e a acessibilidade.

Por isso, propomos:

- Tornar o transporte coletivo atrativo, moderno e confiável absorvendo deslocamentos cotidianos e locais, auxiliado por outras modalidades complementares, e buscando reduzir o fluxo pendular casa/trabalho;
- Proposição de um novo marco regulatório que democratize a gestão do sistema municipal de transporte, facilite a fiscalização pela população e garanta a transparência na fixação das tarifas;
- Manter e melhorar o sistema de transporte público municipal, ampliar linhas circulares, diurnas e noturnas, e os bairros atendidos, com ônibus com acessibilidade e implantação gradativa do Tarifa Zero Municipal, começando por assegurar a gratuidade a desempregados, estudantes e beneficiários do programa bolsa família, integrando ao sistema Transcol;
- Auditar e renegociar os contratos existentes de modo a viabilizar a implantação da Tarifa Zero;

- Alargar calçadas, priorizando a mobilidade ativa;
- Planejar e ampliar a malha, a segurança e a qualidade do transporte cicloviário, investindo na criação e integração entre ciclovias, terminais de ônibus e os demais modais, implantação de bicicletários cobertos nos terminais, prédios públicos municipais e incentivo aos prédios comerciais;
- Promover a instalação de pontos de carregamento para veículos elétricos;
- Reorganização e democratização do uso de meios alternativos de transporte, ampliando o atendimento a todas as regiões;
- Elaborar e implementar plano de melhorias viárias, melhorando a sinalização horizontal e vertical e a manutenção permanente das vias;
- Implantação de faixas exclusivas para coletivos na Lindenberg e Rodovia Darly Santos e Rodovia do Sol;
- Propor ao COMDEVIT (Conselho Metropolitano da Grande Vitória) estudos e projetos para a implantação de transporte de massa (VLT, trem urbano ou metrô);

4.4 O MEIO AMBIENTE NA CIDADE

O PSOL Vila Velha expressa em seu plano de governo uma atenção especial à temática ambiental, entendendo que o grande desafio no presente e para o futuro é como a cidade vai contribuir para a minimização dos efeitos das mudanças climáticas globais e como vai, estrategicamente, se adaptar ao aumento da temperatura média do planeta e suas consequências, impactando toda a sociedade, mas especialmente os mais pobres.

Precisamos fortalecer a política pública municipal ligada ao tema das mudanças climáticas globais. A cidade precisa se planejar para esse novo cenário, apresentar uma legislação forte e ações estrategicamente conectadas para dar conta de todos os aspectos que tornarão a cidade mais resiliente e adaptada.

Construir uma cidade resiliente e adaptada se coloca como dever do poder público municipal, para isso, a lógica ambiental precisa se modificar, a ocupação do espaço e a geração de riqueza precisam avançar no sentido da sustentabilidade, entendida, não

somente como uma aspecto ambiental, natural, mas também de justiça social e bem viver para todos os habitantes.

Um dos temas mais importantes para Vila Velha é a água, seja na garantia do abastecimento humano, na saúde da população, na questão dos alagamentos, na geração de renda e riqueza através do turismo e da valorização do nosso litoral.

O Rio Jucu é um importante ativo para a nossa cidade, a sua conservação desde a Região Serrana até sua foz é interesse de Vila Velha e precisamos atuar conjuntamente com demais municípios da bacia hidrográfica para a preservação e recuperação deste manancial fundamental, aproveitando todos os potenciais que apresenta.

Já os rios da nossa cidade são “valões” e ainda recebem muito esgoto *in natura* e lixo, que acabam indo para o mar e contribuindo para a poluição das nossas praias. A cidade precisa acelerar o passo para a universalização da coleta e tratamento adequados do esgoto.

Outra questão central para Vila Velha é o planejamento da ocupação urbana, que atualmente, mesmo com os instrumentos de políticas públicas existentes é desordenada, levando as pessoas mais pobres a viver em locais impróprios e ao mesmo tempo, destruindo o meio ambiente para privilegiar os interesses econômicos de uns poucos grupos políticos históricos em nosso município.

O PDM é modificado conforme interesse somente do mercado imobiliário, com isso, muitas Áreas de Preservação Permanente estão sendo comprometidas pela expansão urbana com intervenções duvidosas.

A impermeabilização do solo contribui para o aumento da temperatura média na cidade e com o aumento dos alagamentos já que as áreas de extravasamento d'água estão sendo ocupadas indiscriminadamente. A cidade precisa adotar novos pavimentos para ruas e calçadas, políticas de incentivo para que as novas construções levem a questão da impermeabilização em conta, além de investir na arborização da cidade.

Quanto aos alagamentos, a cidade precisa investir mais na prevenção de desastres, envolver a população, educar, ensinar como agir em caso de perigo de inundação ou deslizamento. Precisamos continuar investindo em obras de drenagem, mas as obras

de engenharia não podem simplesmente esconder o problema, é preciso investir na despoluição dos rios e na coleta, reciclagem e correta destinação do lixo.

Quando falamos em água, precisamos valorizar mais e mais a nossa costa, tanto pelo potencial econômico do turismo, quanto por ser um espaço democrático de opção de lazer. Somos contrários à privatização das praias. A cidade precisa investir mais na limpeza e recuperação da restinga e dos manguezais para proteger e valorizar ainda mais o nosso litoral.

Vila Velha é também uma cidade portuária, onde essa atividade traz muito em termos de arrecadação, mas também traz impactos sociais e ambientais. O poder público municipal precisa mitigar os impactos dessa atividade e buscar compensações satisfatórias.

Mesmo sendo o segundo município mais populoso do Espírito Santo, Vila Velha possui importantes áreas verdes e uma zona rural que ocupa uma grande parte da área do município. A proteção, a manutenção, a recuperação e a ampliação das áreas verdes, sejam as Unidades de Conservação ou mesmo as áreas privadas é de suma importância para a qualidade ambiental do município.

Vila Velha ainda é pouco arborizada, para melhorar o clima na cidade, amenizando os efeitos das ondas de calor, colaborando com a infiltração d'água e valorizando a beleza que a arborização pode trazer, além de possibilitar a produção de frutas e outros produtos, é preciso tornar nossa cidade uma Cidade Verde. Investindo mais nas Unidades de Conservação ou criando novas, como é o caso da Lagoa Encantada e da Lagoa de Jacuném e investindo na arborização de ruas, lotes particulares e restaurando APPs e remanescentes florestais.

A segurança alimentar é um tema ambiental em nosso plano de governo, promover a produção de alimentos na zona rural e na zona urbana, e aproveitando espaços públicos privados na zona urbana e periurbana para a produção de alimentos.

A última questão a ser apontada neste plano de governo é a questão da poluição do ar. Não há dúvidas da importância da siderurgia para a economia do Espírito Santo, entretanto, enquanto as empresas lucram cada vez mais, é a sociedade que assume os custos da operação destas indústrias, os problemas ambientais e de saúde causados pelo pó preto e outros poluentes precisam ser devidamente assumidos por quem polui.

Diante das questões apresentadas, o PSOL propõe:

- Revitalização dos rios de Vila Velha através da elaboração de planos e ações de curto, médio e longo prazo para a despoluição, recuperação e utilização das margens como área de lazer, readequação das moradias em áreas de alagamento e campanha de educação permanente de valorização dos rios de Vila Velha.
- Proteção e revitalização das lagoas, áreas alagadas, mangues e nascentes do município.
- Fortalecer a atuação no Comitê de Bacia do Rio Jucu e a atuação nos espaços de gestão metropolitana (COMDEVIT e outros).
- Criar um programa de incentivo para a ligação na rede de coleta de esgoto e fiscalizar ligações irregulares de esgoto na rede pluvial e de água de chuva na rede sanitária.
- Buscar parcerias com o Governo Federal e organismos internacionais para adiantar a universalização da coleta e tratamento do esgoto.
- Planejamento da expansão urbana através do estudo e levantamento de áreas passíveis de ocupação de maneira que não sejam ocupadas áreas de interesse ambiental e passíveis de alagamento, bem como, mapear imóveis desocupados utilizados para especulação imobiliária para realocação de famílias em áreas de risco.
- Fortalecimento da participação das organizações populares na definição das áreas urbanas a serem expandidas.
- Estabelecer parcerias com o Governo Estadual e Federal para o planejamento e ocupação de novas áreas (Ministérios das Cidades, Integração, Meio Ambiente, Minha Casa Minha Vida, etc).
- Incentivar o aumento da permeabilização do solo nas construções privadas e promover a permeabilização nos prédios públicos, bem como, pavimentar as vias urbanas com materiais permeáveis. Buscar parcerias com instituições de pesquisa e inovação para buscar tecnologias.
- Incentivar a captação, armazenamento e uso da água da chuva nos edifícios

particulares e prédios públicos.

- Implantar um sistema integrado de alerta de desastres com a previsão do tempo e radar meteorológico, com um amplo processo de educação da população para reagir às chuvas intensas, com a realização de simulados em áreas de risco, com envolvimento dos agentes de saúde e combate a dengue, escolas e associações de moradores.
- Criação de áreas de conservação ambiental que sirvam para o acúmulo do excesso de chuva.
- Continuar as obras de macro e micro drenagem no município, fortalecendo as ações de manutenção preventiva da rede, sem destruir mais os nossos rios e áreas de preservação permanente.
- Ampliar a recuperação da restinga nas praias, construção de banheiros públicos, revitalização do calçadão e ciclovia e a melhoria da acessibilidade.
- Dar publicidade e fortalecer o Plano Municipal de Gestão Integrada da Orla (PGI).
- Fortalecer a Secretaria de Meio Ambiente visando intensificar a fiscalização contra a pesca ilegal em Vila Velha e ampliar o diálogo com as Colonias e Associações de Pescadores para preservação dos recursos pesqueiros, valorização do turismo ecológico e da cultura pesqueira tradicional.
- Promover a limpeza constante e valorização dos manguezais e demais áreas costeiras.
- Promover a recuperação das áreas degradadas dos parques do município.
- Promover a valorização das áreas de conservação municipais através do aumento da segurança para os usuários, de campanhas de incentivo à visitação, realização constante de eventos e atividades educacionais.
- Criação do Parque da Lagoa Encantada e do Parque da Lagoa de Jacuném, estruturar o Monumento Natural do Penedo e identificação de áreas potenciais para criação de outras unidades e corredores ecológicos.
- Criar uma campanha de conscientização para inibir o uso do fogo, aumento da fiscalização, recolhimento de resíduos de podas e um programa municipal de

prevenção e combate a incêndios nas unidades de conservação.

- Criação do Programa Cidade Verde para a arborização do município, utilizando somente árvores nativas, visando o embelezamento da cidade, melhoria do clima, da qualidade do ar e segurança alimentar.
- Fortalecimento e ampliação do viveiro municipal, valorizando a coleta de sementes no próprio município.
- Instalar a rede de monitoramento da qualidade do ar em Vila Velha, com ampla divulgação dos resultados e buscar responsabilizar os principais poluidores.
- Proposição de Lei para a política municipal de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- Elaboração e implantação do Plano Municipal de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- Promover estudos para compreender os impactos ambientais e sociais dos portos em Vila Velha e buscar a mitigação dos impactos e a compensação para as comunidades do entorno e ampliar e estruturar as áreas de estacionamento para os carreteiros.
- Campanha de educação permanente para toda a população para a separação e destinação correta do lixo, visando contribuir com a redução dos alagamentos e com reforço no verão para a limpeza das praias.
- Universalização da coleta seletiva para o município, iniciando pelos órgãos públicos, com a valorização dos catadores e suas organizações.
- Incentivar a redução do consumo de plástico no município.
- Plantio de espécies frutíferas nos espaços públicos.
- Criação da política municipal de agricultura urbana, promovendo a implantação de hortas comunitárias em terrenos públicos e privados por meio de incentivos.
- Estruturar um programa de hortas nas escolas municipais, quando não possível nas escolas, utilizar terrenos próximos, buscando o envolvimento das comunidades do entorno.
- Promoção e desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE

com os produtores rurais e periurbanos.

4.5 CAUSA ANIMAL

O compromisso com a causa animal é um reflexo do respeito e da dignidade que queremos para todos os seres vivos em nossa cidade. O Programa do PSOL visa criar um ambiente seguro e saudável para os animais, promovendo políticas e ações que previnam maus-tratos e garantam a proteção e o cuidado adequados para esses companheiros.

Por meio de uma abordagem integrada, nosso programa focará na educação, fiscalização e apoio a iniciativas que garantam que todos os animais recebam o tratamento justo e humano que merecem. Juntos, construiremos uma cidade onde a causa animal é uma prioridade, e onde todos possam viver em harmonia e respeito. Por isso, propomos:

- Programa de conscientização sobre bem-estar animal, com ampliação e a promoção de campanhas de castração de animais domésticos e de rua, além de vacinação.
- Fiscalizar a comercialização de animais silvestres e incentivo às adoções conscientes.
- Criar Serviço Móvel de Castração e Vacinação Animal.
- Criar uma clínica municipal de atendimento aos animais.
- Criação de um núcleo de proteção aos animais.
- Auxílio aos abrigos de acolhida de animais.
- Estruturar a equipe de zoonoses, possibilitando que ofereçam atendimento seja residencial e nas comunidades.
- Garantir acolhimento em abrigos para os animais das pessoas em situação de rua.

4.6 CULTURA

A Cultura e a arte são elementos fundamentais e estruturantes dos valores de uma sociedade. Na política de forma geral e, principalmente frente aos últimos governos do Brasil, de nosso estado e município, esta agenda não tem sido priorizada. A cultura, por vezes, também se reduz a algumas ações pontuais que venham a ser realizadas

pelos governos dos municípios, estados e União; não sendo considerada uma frente estratégica de visibilidade da produção artística local, das particularidades regionais e locais, bem como importante frente de desenvolvimento das habilidades e capacidades humanas, haja vista seu potencial criativo.

Em nossa compreensão, a cultura e a arte cumprem função fundamental. Neste sentido, o município de Vila Velha conta com vasta e importante produção artística e cultural, dispondo de muitos artistas em diferentes áreas. Estes, historicamente, não possuem seus atributos, habilidades e talento reconhecidos como arte e como fonte de trabalho e renda pelo poder público.

Nessa linha, propomos:

- Incentivar a sociedade civil, artistas e outros interessados em contribuir com a formulação e planejamento de ações no campo da Cultura, a participarem do Conselho Municipal de Cultura de nosso município, dando poder deliberativo;
- A atuação em rede entre Cultura, Educação e Assistência Social, de modo a identificar via esta última política demandas e aspectos locais de produção cultural que possam ser alargados, incentivados e, inclusive, criados a partir das demandas da população;
- Mediante maior integração entre Educação e Cultura, incentivar a realização de atividades curriculares para propiciar o convívio dos alunos com o nosso patrimônio cultural municipal, como: visitas guiadas, trabalhos coletivos de alunos; feiras; mostras científicas; sarau literário e de poesia e outros;
- Mediante maior integração entre Educação e Cultura, incentivar a produção de peças teatrais pelas escolas, via atividade extracurricular com os/as estudantes, as quais possam servir para apresentação ao público – movimentando o Teatro Municipal de Vila Velha;
- Valorizar a produção cultural local e os artistas regionais, considerando prioritariamente as produções dos bairros mais periféricos da cidade, assim como incentivando a visibilidade dos e das artistas negros e negras;
- Incentivar e promover ações culturais nos bairros das cidades, em especial os bairros periféricos, que dispõem menos dessas iniciativas. Atividades como: festivais de música; feiras culturais, sarau literário e de poesia; batalhas de rap;

peças teatrais ao céu aberto; cinema público em locais abertos via projeção; e outros que venham a ser demandados pelos munícipes e que condizem com a concepção de cultura vigente neste Programa;

- Reconhecer os artistas das diferentes áreas também como trabalhadores que vivem de sua arte e, por isso, demandam incentivo e valorização financeira;
- Incentivar e criar espaços de formação cultural e política da população, assim como de novos artistas;
- Promover a difusão, visibilidade e incentivo à produção e acúmulo cultural histórico da Barra do Jucu, de modo a articular com este bairro ações de promoção à cultura em outros bairros da nossa cidade, em especial os mais periféricos;
- Prover o aperfeiçoamento e aproveitamento da força de trabalhos dos artistas de rua, incluindo em programas de cultura nas escolas;
- Construção e divulgação de pontos turísticos temáticos regionais e ligados a diversidade da cultura de nosso município, priorizando aqueles que retratam questões relativas à história e memória do povo negro.
- Fortalecer a cultura popular através da lei Paulo Gustavo (Lei complementar 195/2022).

4.7. CIDADE CONECTADA

As cidades conectadas, são centros que conseguem alinhar os avanços tecnológicos com o progresso social e ambiental, por meio de tecnologias digitais e inovação. O objetivo dessas estratégias de desenvolvimento urbano é proporcionar aos cidadãos uma melhor qualidade de vida.

Para transformar nosso município em uma cidade inteligente, apresentamos as seguintes propostas:

- Implementar áreas de WI -FI livre por toda a cidade, acessível a toda a população, promovendo inclusão digital e facilitando o acesso a serviços online.

- Utilizar sensores e sistemas de monitoramento para otimizar o fluxo de trânsito, reduzir congestionamentos e melhorar a segurança nas vias.
- Investir em tecnologias de energia renovável, como painéis solares e energia eólica, além de promover a eficiência energética em edifícios públicos e privados.
- Desenvolver plataformas digitais para agendamento de consultas, telemedicina e monitoramento de pacientes, melhorando o acesso e a eficiência dos serviços de saúde.
- Equipar escolas com tecnologia avançada e oferecer programas de capacitação em habilidades digitais, preparando os jovens para o mercado de trabalho do futuro.
- Implementar sistemas de vigilância com inteligência artificial para monitoramento de áreas públicas, prevenção de crimes e resposta rápida a incidentes.
- Utilizar tecnologias de monitoramento para otimizar a coleta de lixo e incentivar a reciclagem, reduzindo o impacto ambiental e melhorando a eficiência dos serviços de limpeza urbana.
- Criar plataformas digitais que permitam a participação ativa dos cidadãos nas decisões governamentais, promovendo transparência e engajamento cívico.

Acreditamos que a construção de uma comunidade unida, respeitosa e tecnologicamente avançada é fundamental para o desenvolvimento sustentável do nosso município.

5. EIXO 2. POLÍTICA SOCIAL PARA TODOS E TODAS

5.1 ESPORTE/ LAZER

O município de Vila Velha vem realizando algumas ações no campo do esporte e lazer nos últimos anos. Evidentemente, os esforços das gestões anteriores contemplam em maior proporção, quantidade e prioridade, a orla do município e a região administrativa 1, que abarca principalmente os bairros nobres da cidade. Em

contrapartida, é possível verificarmos que as demais regiões administrativas, especialmente ocupadas pela classe trabalhadora, recebem muito pouco ou, em alguns casos, nenhum investimento neste âmbito.

Urge a necessidade de construção de novos e melhores equipamentos públicos nos bairros periféricos de nosso município, e obviamente, da manutenção/ocupação/gestão dos espaços que em alguns locais, ainda resistem em existir. Equipamentos públicos e de qualidade, como quadras poliesportivas, parques, campos, academias (para o público em geral ou para a terceira idade) e espaços para a prática orientada de atividades físicas, por exemplo, são de extrema importância para uma população historicamente cerceada de direitos básicos, como o direito à saúde, ao esporte e ao lazer.

Nessa perspectiva , propomos:

- A construção, ampliação e manutenção de quadras poliesportivas, parques, campos e academias para o público em geral, adaptadas para pessoas com deficiência e específicas para a terceira idade.
- Criar espaços para a prática orientada de atividades físicas com profissionais de nível superior nesta área.
- Garantir ações planejadas de esporte voltada para a população que reside na região periférica de nossa cidade. Para isso, é necessário priorizar a interlocução com o território e seus atores, ouvindo a demanda dos diferentes bairros e realidades, identificando que práticas ou equipamento esportivos ou de lazer seriam de maior interesse e relevância, efetivando maior adesão, postas as particularidades locais de cada bairro;
- Interlocução com os grupos de terceira idade com a intenção de potencializar espaços e projetos de atividade física para este público;
- Resgatar e desenvolver projetos esportivos destinados a população infantil, juvenil e adulta, como: campeonatos, gincanas esportivas e de recreação, a se realizar nos períodos de férias escolares;
- Realizar um mapeamento das áreas de utilização para os diferentes esportes

existentes no município, identificando as necessidades e condições desses espaços, incluindo infraestrutura, equipamentos e segurança;

- Promover eventos e competições regulares de esportes, incentivando a participação de diversas faixas etárias e comunidades;
- Desenvolver programas de inclusão social que utilizem o esporte como ferramenta de integração para jovens em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência e outras minorias.
- Inserir Vila Velha no calendário nacional e internacional de eventos esportivos para promover o esporte junto à comunidade, fomentar o turismo e a economia.

5.2. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de Assistência Social historicamente tem seus serviços como alvos de práticas relativas ao favor, afastando-se da perspectiva de direito em todo Brasil. Essa política cumpre importante função no país hoje devido a ser o mecanismo de resposta imediata à população em condição de desemprego, de pobreza e que vivencia escassez de alimentação básica e de outras demandas imediatas. Nessa política também estão contemplados os serviços de média e alta complexidade, que atendem a população vítima das várias formas de violência.

A nosso ver, essa política precisa ser alargada em nosso município, haja vista os limites que ainda apresentam quanto a sua implementação. Em Vila Velha, atualmente a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) não está implementada em sua integralidade, não foram constituídos os equipamentos conforme a necessidade territorial, os serviços e estes não contam com suas equipes mínimas completas, conforme previsão da PNAS.

Neste sentido, entendemos que implementar essa política é uma das prioridades de nosso programa, haja vista o aumento da população em situação de rua e a demanda crescente dos serviços assistenciais.

Neste sentido, propomos:

- Articulação interinstitucional e intersetorial entre competências e ações do SUAS com as demais políticas sociais, a fim de contribuir com a defesa dos direitos dos trabalhadores, especialmente daqueles em condição de pobreza, o que atinge de forma mais expressiva a população negra.
- Implementar os equipamentos, serviços e constituir as equipes mínimas previstas na PNAS para viabilizar o acesso da população aos benefícios e serviços ofertados por essa política. Neste sentido, aumentar o número de: CRAS, CREAS e de Instituições relativas a alta complexidade;
- Fortalecimento do sistema democrático e participativo da gestão e do controle social, por meio dos Conselhos e Conferências de Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, Pessoa com Deficiência, Segurança Alimentar e outros conselhos locais por territórios.
- Valorizar o serviço público e seus trabalhadores, combatendo a precarização do trabalho.
- Criar, ampliar e oferecer equipamentos, programas, serviços e projetos através da política de assistência social e em articulação com as demais políticas sociais, que atendam as necessidades da população negra e periférica do município.
- Realizar levantamentos e reflexões constantes sobre o perfil da população atendida, percebendo a relação entre classe, raça e gênero no acesso aos serviços da Assistência Social, para ampliar a cobertura da rede socioassistencial.
- Criar ações direcionadas e em articulação com as mulheres e mulheres negras, que são as maiores beneficiárias titulares dos programas da Assistência Social.
- Propor ações no campo da geração de trabalho e renda em articulação com os SINE's dos municípios visando as necessidades da população negra, que são as mais atingidas por situações de desemprego e pela precarização do trabalho.

5.2.1 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Vila Velha lidera o ranking de população em situação de rua na Grande Vitória, de acordo com reportagem da A Tribuna do dia 03/11/2023, com tendência de aumento. Os motivos são variados, como desemprego, abandono familiar, vício em drogas e problemas psicológicos. Para enfrentar essa realidade, propomos as seguintes ações:

- Integrar ações direcionadas a moradores de rua, juntamente com CAPS'AD, SINE, secretaria da educação e habitação popular, com a finalidade de reduzir o número de pessoas em situação de rua no município.
- Criar projetos habitacionais específicos para a população em situação de rua, incluindo moradias temporárias e programas de aluguel social.
- Promover campanhas de prevenção e tratamento de dependência química.
- Assegurar que cada pessoa em situação de rua tenha acesso a assistência social e psicológica.
- Fazer valer a Lei Municipal nº 6278/2019, que prevê a contratação de pessoas em situação de rua, por empresas vencedoras de licitação pública em Vila Velha.
- Implementar programas de qualificação e capacitação profissional para facilitar a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.
- Promover campanhas de conscientização para reduzir o estigma associado à população em situação de rua, envolvendo as comunidades locais em iniciativas de inclusão e apoio.

5.3 SEGURANÇA CIDADÃ, INTERATIVA E PREVENTIVA

De acordo com o Mapa da Violência, citado na reportagem do folhavoria do dia 02/01/2024, "Vila Velha liderou o ranking de homicídios dolosos em todo o Estado". Por esse motivo, a segurança pública se torna umas das prioridades, com

foco na prevenção a violência e no combate ao crime organizado, trabalhando com inteligência nas comunidades, fomentando o fortalecimento da guarda municipal.

A política de segurança pública deve ser um trabalho conjunto com a rede de atendimento, envolvendo a colaboração entre diferentes setores de atendimento, instituições de segurança e a população.

Nossas principais propostas são:

- Fortalecimento da guarda municipal interativa e preventiva com gestores civis, evitando assim a influência militar no seu modo de funcionamento.
- Viabilizar o ciclo completo de trabalho investigativo, ostensivo e de repressão, na atuação da guarda municipal, visando a eficácia do trabalho e garantindo a segurança desses servidores e da população.
- Coibir o fortalecimento, abastecimento e atuação de facções criminosas atuando com inteligência e estratégia.
- Criação do Programa Guarda Cidadã, como um instrumento de segurança, mais participativo e integrado ao dia-a-dia das pessoas em seus bairros, com garantia dos direitos humanos.
- Garantir a formação continuada, abordando temáticas tais como: inibir a violência contra mulher, combater o racismo, lgbtfobia, a causa animal e educação ambiental, dentre outras temáticas.
- Fomentar a atuação de patrulhas comunitária, escolar, ambiental e prevenção da violência contra mulher, tendo a formação continuada como forma de seleção de profissionais para esses segmentos.
- Fortalecer a atuação dos conselhos integrados de segurança pública, envolvendo as comunidades e a rede de atendimento da assistência social, saúde, educação e diferentes forças policiais.
- Garantir uma atuação conjunta e integrada da Guarda Municipal e as demais forças de segurança que tenham atuação no município.
- Promover periodicamente concursos públicos para a recomposição e complementação dos quadros da Guarda Municipal.

- Tendo em vista nossa extensão litorânea e a capacidade de realização de grandes eventos, criar um contingente a ser convocado em escala especial, para prover a estrutura de segurança em grandes eventos.

5.4 SAÚDE PÚBLICA E UNIVERSAL

Durante a pandemia de 2021, a disseminação global do COVID-19 destacou a importância de um Sistema Único de Saúde (SUS) universal e estatal, que atenda toda a população. Observamos que o avanço do setor privado na saúde gera uma desigualdade de acesso, pautada por uma lógica mercadológica que prioriza o lucro em detrimento das vidas humanas. Esse avanço sistemático do setor privado contribui para o desmonte do SUS, que sofre com um crônico problema de financiamento.

Em Vila Velha, a situação reflete o cenário nacional. Os serviços de saúde enfrentam constantes ameaças de privatização sob discursos falaciosos de melhorar a gestão e ampliar o atendimento. No entanto, a força popular prevaleceu e impediu que o secretário de saúde aprovasse, na última Conferência, a privatização de todas as Unidades de Saúde.

Atualmente, o Pronto Atendimento da Glória, Riviera da Barra e o Pronto Atendimento de Cobilândia estão sob gestão privada, sendo alvo de investigações do Ministério Público de Contas e do Ministério Público Estadual. A saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras, que já era um desafio antes da pandemia, se tornou ainda mais crítica com a gestão privada da saúde.

Reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento do SUS e a perspectiva da saúde como direito universal, abrangendo tanto a saúde física quanto a mental. Para isso, é essencial lutar pelo financiamento adequado e por políticas de valorização dos trabalhadores da saúde: vamos cuidar daqueles que cuidam da população.

Nessa linha, propomos:

- Ampliação da cobertura das Unidades Básicas de Saúde e Estratégia de Saúde da Família.

- Reverter a privatização do PA da Glória e o de Riviera da Barra, valorizando e realocando os trabalhadores e trabalhadoras efetivos do município;
- Promover a valorização dos servidores e servidoras de Vila Velha, através da melhoria do plano de cargos e salários e das condições de trabalho.
- Tornar mais ágil o funcionamento do sistema de regulação para acesso às especialidades.
- Fortalecimento e ampliação da Política de Saúde Bucal com foco na prevenção e promoção.
- Garantir a melhoria e ampliação da rede de atenção em saúde mental, principalmente nos casos de violência sexual infanto-juvenil.
- Aprimorar os programas de atenção integral à saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso, do trabalhador, da população negra, das pessoas com deficiência, IST/AIDS e de saúde mental.
- Democratização da gestão – incentivar a criação de conselhos gestores nas unidades de saúde, colegiados de gestão, construir processos de participação dos trabalhadores e usuários na gestão da saúde, fortalecendo o conselho municipal de saúde.
- Implantação das propostas aprovadas na I Reunião Ampliada Municipal de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde de Vila Velha-ES e na II Conferência Municipal de Saúde Mental.
- Implantação de um programa de promoção de estilo de vida saudável biopsicossocial com a integração das diversas secretarias.
- Ampliação da equipe de Vigilância em Saúde do Trabalhador com uma equipe multidisciplinar.
- Instituir a liberação do servidor para cursar pós-graduação, mestrado, doutorado stricto sensu PRESENCIAIS na área de atuação de seu cargo efetivo, sem compensação de carga horária, mediante comprovação da instituição de ensino.
- Criação da Escola Técnica do SUS em nível municipal.

- Garantir a realização de concurso público na saúde para suprir a vacância de profissionais.
- Proporcionar aos trabalhadores e trabalhadoras que participem de seminários proporcionados pela educação permanente com a apresentação de práticas exitosas com a possibilidade de se inscrever para participar como ouvinte “Vivência em Serviço”
- Instituir um núcleo de gestão e educação em saúde para os trabalhadores da saúde a fim de restabelecer a força de trabalho no SUS, bem como reestruturar o organograma funcional da SEMSA.
- implementar comitê intersetorial de políticas públicas - as pactuações feitas entre as secretarias e cumprir as metas estabelecidas (trabalho intersetorial e de interlocução).
- Ampliar o atendimento por região de saúde para pessoas vivendo com HIV/IST's, criando outras unidades de referências pelo município.

5.4.1 SAÚDE MENTAL

- Ampliar e regulamentar a aplicação de recursos na rede de atenção psicossocial, de acordo com a portaria 3.088 de dezembro de 2011, excluindo-se as comunidades terapêuticas, para a manutenção a ampliação do conjunto de ações de saúde mental e da rede de serviços substitutos da RAPS, como CAPS, serviços de residenciais terapêuticos, centro de convivência, programa de volta pra casa, entre em todos os componentes, obedecendo a lógica do território dentro dos princípios do SUS e da reforma psiquiátrica.
- Transparência e visibilidade quanto ao uso dos recursos investidos em saúde mental.
- Ampliar a oferta de serviços de saúde mental para lidar com os impactos da pandemia da Covid-19.
- Capacitação profissional para atendimento nas políticas de saúde mental aos

grupos específicos (população em situação de rua, negra, indígena, ribeirinha, LGBT+ e outros) tendo em vista a garantia da integralidade do cuidado individual e coletivo das políticas de saúde.

- Fortalecimento e ampliação da RAPS com a implementação dos equipamentos e ampliação dos serviços como preconizado na Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Isso significa no que tange ao município garantir acesso às usuárias e usuários a saúde mental na Atenção Primária através da ampliação das equipes de Estratégia Saúde da Família e da ampliação de assistentes sociais e psicólogos em todas unidades básicas de saúde (UBS) — tendo um quantitativo máximo de 5 mil habitantes para cada profissional (assistente social e psicólogo/a).
- Ampliação da equipe do Consultório na Rua, UAT — unidade de acolhimento transitório e centros de convivência.
- Ampliar a rede de atendimento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD).
- Modernização e ampliação da infraestrutura dos CAPS existentes, com objetivo de ter um maior espaço físico e ampliação de equipe de atendimento.
- Participação dos usuários e seus familiares e trabalhadores nos fóruns de negociação e deliberação do SUS, conselhos gestores locais, conselho municipal de saúde e conferências.
- Criar meio de participação popular e apoio técnico de saúde, jurídico e de direitos humanos para contínua fiscalização das comunidades terapêuticas já existentes para que se garanta que as mesmas estejam cumprindo os estatutos nacionais e internacionais aos quais o Brasil é signatário.
- Ampliar o acesso de usuários aos CAPS e das equipes dos CAPS ao território, através do aumento das concessões de Vale Social e da garantia de veículo próprio para cada CAPS.

- Promover o cuidado integral da saúde mental na atenção básica, para além do profissional psicólogo, de forma a evitar a prática de ambulatorização, do encaminhamento e da especialização que desfavorece o cuidado integral, regional e longitudinal;
- Garantir uma produção de cuidado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial fundamentada na leitura de indicadores sociais, raça/etnia, gênero, sexualidade, geração e classe social, em especial do atravessamento das diversas violências de gênero e raça na geração de sofrimento psíquico.
- Garantir Educação continuada e permanente às equipes da Rede de Atenção Psicossocial para uma produção de cuidado em saúde mental fundamentada nas diretrizes e nos princípios da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica.
- Realizar a Conferência Municipal de Saúde Mental em no mínimo a cada três anos;
- Garantir a manutenção, estruturação e equipamentos para o CAPSIJ na região 1 e 5, bem como, melhorar a infraestrutura do CAPSIJ da região 1;
- Ampliar a equipe de acordo com a demanda existente, ter equipe mínima (composição com Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Assistente Social, Pediatra, Enfermeiro, Educador Físico) nas UBS's de todas as regiões administrativas.
- Alteração/formulação de legislações que regularizem o financiamento das Comunidades Terapêuticas, priorizando os financiamentos dos CAPS.
- Garantir transporte sanitário para pacientes do CAPS para acesso a exames e passeios.
- Ampliar o acesso e acompanhamento em saúde mental aos estudantes e profissionais das escolas municipais.

5.5 EDUCAÇÃO PÚBLICA

Uma cidade de todos e todas requer uma educação para todos e todas. A garantia ao direito e ao acesso à educação pública de qualidade e emancipatória, a valorização dos profissionais do magistério e dos/as trabalhadores/as da educação e a gestão democrática da escola são princípios básicos e inegociáveis para o Programa do PSOL Vila Velha.

Em um momento em que há um avanço do discurso neoliberal de desmonte da educação pública, seja através da gestão privada das instituições públicas ou de sua concepção pedagógica, em que o chamado Terceiro Setor, financiado por empresas, passa a ditar um modelo educacional para atender os ditames do mercado, eximindo assim, os governos de sua responsabilidade com a educação.

O Programa do PSOL vem afirmar o valor da educação pública como pilar para o desenvolvimento econômico e crescimento humano das cidades e dos cidadãos. Para isso é preciso garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação pública ofertada pelo município, valorizar seus profissionais e garantir a transparência da gestão da educação por meio de uma gestão democrática em todas as instâncias desde o chão da escola até a Secretaria de Educação e isso se faz com o fortalecimento dos conselhos e com democracia participativa. Além disso, atenção especial ao financiamento e uso dos recursos da educação.

Assim, propomos:

- Aumentar o percentual obrigatório de investimento em educação de 25% para 35%.
- Construir escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil seguindo o padrão nacional de qualidade, em regime de colaboração com a União e o Estado do Espírito Santo, com vistas à universalização do atendimento de toda a demanda manifestada, ofertando inclusive do ensino infantil de 0 a 3 anos;
- Criar um plano de reestruturação da rede física de todas as unidades escolares da rede municipal, baseando-se no projeto político-pedagógico, que apontará as adequações necessárias de espaço físico, climatização, tratamento acústico, brinquedotecas, salas de leituras, quadras, mini-quadras, salas de recursos

multifuncionais, bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios de ciência e captação de água de chuva;

- Criar condições de acessibilidade nas unidades escolares e promover a regulamentação daquelas que se encontram irregulares;
- Universalizar a alfabetização, zerando o analfabetismo funcional em Vila Velha.
- Defender a educação crítica e transformadora. Uma escola que seja espaço de debate livre e franco de ideias, numa perspectiva plural, com temas que digam respeito ao bem viver e que combatam o machismo contra mulheres, o racismo contra negras e negros, populações indígenas, discriminação contra as pessoas com deficiência e preconceito contra a população LGBTQIAPN+.
- Mapear as regiões do município que apresentam demanda maior que a quantidade de matrículas ofertadas direcionando o plano de construção das novas unidades escolares e reestruturação da rede existente a partir desse mapeamento.
- Garantir a Biblioteca Escolar, com espaço, acervo e profissional com formação em biblioteconomia, para realizar o atendimento às (aos) estudantes como determina a lei no 12.244/10 de 01/05/2010.
- Informatizar a gestão da Secretaria de Educação e das escolas da rede do município de Vila Velha, com garantia de formação continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação.
- Promover a intersectorialidade entre educação, saúde, assistência social, cultura e esporte visando atender às múltiplas demandas que surgem na escola;
- Em articulação com a área de saúde promover a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em local adequado e por especialista, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado a quem necessitar;
- Ampliar nas escolas urbanas e do campo a quantidade de salas de recursos multifuncionais, bem como a quantidade de recursos didáticos disponíveis e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado (AEE) complementar e suplementar, bem como a formação e valorização das cuidadoras (es);

- Ampliar o número de salas de aula bilíngues e novos polos de acordo com a demanda, visando à universalização do ensino de Libras nas UMEFs e nas UMEIs, priorizando o encaminhamento dos alunos surdos a fim de proporcionar encontros com seus pares linguísticos e viabilizando o transporte escolar para o seu deslocamento às escolas polo de referência;
- Criar uma política pública de educação em tempo integral para a rede municipal, com ampla participação da sociedade civil, trabalhadoras (es) da educação, SEMED, Conselho Municipal de Educação, bem como elaborar proposta pedagógica e curricular para essa modalidade.
- Promover a busca ativa da população de quinze a dezessete anos fora da escola, em parceria com as áreas da assistência social e da saúde e de proteção à adolescência e à juventude. Realizar levantamento das pessoas não alfabetizadas no município e criar políticas públicas para alfabetização dos mesmos;
- Equipar e investir mais em escolas com baixo IDEB, realizando um movimento de melhora efetiva dos índices educacionais do município, tornando a educação mais equitativa e socialmente justa.
- Estruturar e investir na rede de atendimento – como conselhos tutelares, assistência social e saúde – garantindo o atendimento integral à criança e adolescente, e também o suporte às famílias.

5.5.1 VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

- Garantir o cumprimento da lei do piso na carreira e a implementação de 1/3 da jornada para hora atividade, ou seja, sete tempos de planejamento semanal.
- Valorizar o profissional do magistério da rede municipal de Vila Velha com a criação de um plano de recomposição salarial das perdas históricas, amplamente debatido com a categoria.
- Oportunizar licença remunerada para cursar pós-graduação stricto sensu.
- Rever as normas para progressão por merecimento, anulando o atrelamento da mesma a atestados médicos.
- Garantir isonomia e transparência nos processos seletivos, e contratar profissionais em designação temporária, remunerando-os de acordo com suas

formações profissionais, sem diferenciar dos funcionários efetivos.

- Rever o decreto que normatiza o prêmio incentivo, onde todos e todas profissionais da educação terão direito aos 6 dias de licença, independente do quantitativo de atestados médicos, e ampliando o benefício para os professores em designação temporária.
- Revisar o Plano de Cargos e Salários do Magistério de Vila Velha, construindo um novo Plano com participação dos profissionais, que de fato valorize a carreira dos profissionais da educação do município.
- Garantir no calendário escolar formação continuada em serviço para todas (os) trabalhadoras (es) da educação.
- Realizar concurso público para provimento de vagas no órgão central (SEMED) e para professores nas escolas a partir do levantamento das necessidades da educação no município.
- Realizar concurso público para contratação de cargos administrativos da educação.
- Valorizar os profissionais do quadro de apoio com mecanismos de evolução funcional e progressão salarial.
- Realizar e convocar concursos públicos para o preenchimento das vagas existentes.
- Ampliar e estruturar a equipe multidisciplinar para atendimento nas nas escolas.
- Estabelecer programas de prevenção e combate ao adoecimento dos profissionais da educação.
- Fortalecer a carreira do magistério de Vila Velha.

5.5.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA

- Promover a formação e o debate sobre gestão democrática na educação municipal.
- Garantir a participação e formação efetiva da sociedade civil organizada nos

conselhos de controle social, bem como o apoio técnico e financeiro, nos Conselhos ligados à educação, como Conselho Municipal de Educação (CME-VV), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS Fundeb), fortalecendo os mesmos.

- Revisar a lei de gestão democrática retomando a eleição dos gestores.
- Fortalecer e promover formação para os Conselhos de Escola.
- Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de **grêmios estudantis** e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações, incluindo apoios financeiros.
- Fortalecer os projetos político-pedagógicos das escolas com o intuito de que sejam documentos vivos, estabelecidos e implementados pelas comunidades escolares.
- Democratizar o currículo para que ele seja construído a partir das experiências das comunidades escolares.
- Organizar a Conferência de Educação da Cidade de Vila Velha.
- Fazer cumprir a Lei n. 10.639, que torna obrigatória a temática História e Cultura Afro-Brasileira.
- Criar espaços formativos de trocas de experiências pedagógicas entre as escolas.

5.5.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- Implementar a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) **diurno** e ampliar a quantidade de unidades de ensino com essa modalidade noturno de acordo com a demanda manifesta. Criar um polo que funcione como centro de formação para jovens e adultos com vistas às certificações.
- Formar todos os profissionais da educação em direitos humanos e educação

inclusiva.

- Realizar a busca ativa conforme a lei, para todas as etapas e modalidades da educação de Vila Velha, e realizar os devidos encaminhamentos para a rede de atendimento, conforme a demanda.
- Investir na formação de professores e em material pedagógico para promover a valorização e o reconhecimento das comunidades tradicionais e da herança cultural de matriz indígena e africana nas escolas e CEIs (creches municipais), respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação visando ativa participação no combate ao preconceito e à discriminação.
- Propor política de educação bilíngue para surdos, com a participação deles e de suas famílias, fortalecendo o ensino de libras na rede municipal.

5.5.4 INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Para transformar o ambiente educacional e garantir que as escolas de Vila Velha estejam alinhadas com as demandas do século XXI, propomos um plano abrangente de modernização com foco na integração de novas tecnologias. Por isso, propomos as seguintes ações:

- Realizar um diagnóstico detalhado das necessidades tecnológicas de cada escola, incluindo infraestrutura, equipamentos e capacitação de professores.
- Atualizar, garantir, qualificar e ampliar a infraestrutura para o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudantes em todas as escolas, incluindo as de campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação. Implementar laboratórios de informática móveis nas escolas que não possuem espaço físico.
- Equipar as salas de aula com projetores interativos, sistemas de som e outros recursos audiovisuais.
- Criação de uma **Praça da Ciência e Tecnologia** em parceria com o Instituto Federal, para transformar o município em um polo de inovação, educação e

desenvolvimento comunitário, construindo instalações modernas e adequadas para abrigar laboratórios, salas de aula, espaços de exposição e áreas ao ar livre, oferecendo uma rica experiência educacional, fomentando a inovação e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município.

A modernização das escolas com novas tecnologias e a construção de uma Praça da Ciência e Tecnologia em Vila Velha visam proporcionar um ambiente educacional mais dinâmico, interativo e alinhado com as necessidades do mundo contemporâneo, preparando os alunos para os desafios do futuro e oferecendo outras possibilidades de educação em espaços diferenciados de ensino.

6. MORADIA COMO DIREITO

A moradia é um direito fundamental de todo cidadão brasileiro, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. No município de Vila Velha, vastas áreas são caracterizadas pela presença de moradias extremamente precárias, onde uma parcela significativa da população vive sem saneamento básico e sem acesso à água potável.

Considerar a moradia como um direito implica a formulação de políticas e programas que melhorem as condições das habitações existentes, além de investir na expansão de iniciativas que permitam o acesso à moradia própria para famílias que ainda não possuem residência. É essencial que essas políticas sejam abrangentes e inclusivas, garantindo um ambiente digno e seguro para todos os habitantes de Vila Velha.

Neste sentido, propomos:

- Dotar a Secretaria de Habitação de condições técnicas e físicas compatíveis com suas atribuições, bem como compor recursos para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.
- Promover o estudo, o monitoramento e a avaliação do setor visando conhecer as especificidades da habitação de interesse social no município, adequar os programas e ações a essas especificidades e aos interesses da população e integrar um banco de dados com as informações gerenciais e estatísticas sobre o tema.
- Aplicação do direito de preempção em imóveis fechados e abandonados.

- Cumprimento dos mecanismos do Estatuto das Cidades para o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- Buscar meios de amenizar a contradição entre déficit habitacional e os imóveis vazios.
- Elaborar Programas que possibilitem a melhoria das moradias insalubres e sem acesso a água e saneamento básico.
- Formular Programas e aderir a parcerias com o governo Federal e Estadual que possibilitem a expansão do acesso à moradia pelas famílias dos trabalhadores mais pobres.
- Mapear e regularizar as ocupações fundiárias para a destinação à moradia popular no município.

EIXO 3. POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE, MINORIAS E INVISIBILIZADOS

Este eixo demandará a criação de uma pasta específica que ainda não existe na Prefeitura Municipal de Vila Velha. A partir da criação desta pasta, as demais frentes relativas à diversidade seriam incorporadas em forma de gerências, subsecretarias, etc.

Por isso propomos para este Eixo:

- Criação da Secretaria de DIREITO HUMANOS. Esta Secretaria desenvolverá políticas públicas permanentes em todas as áreas dos direitos humanos, interagindo com as demais secretarias, implantação das subsecretarias que formarão o seu organograma: Subsecretaria de promoção da igualdade racial, Subsecretaria da diversidade (LGBTQIAPN+), Subsecretaria para as Mulheres, Subsecretaria da criança, adolescente e juventude, Subsecretaria do idoso e Subsecretaria da Pessoa com Deficiência.
- Criação dos **Centros do Futuro**, espaços que serão construídos e que atenderão aos interesses da juventude, das mulheres e do público

LGBTQIAPN+, oferecendo cursos de capacitação, inclusão digital, empreendedorismo, encaminhamento para mercado de trabalho, na perspectiva de uma vida mais digna.

- Construir ações políticas contra todas as formas de opressão de gênero, racial e sexual. Combater o racismo, o machismo, a lgbtfobia. Apoiar as lutas desses segmentos sociais;

7. POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Frente ao avanço do discurso conservador em toda a sociedade, grande parte da população do município de Vila Velha reproduz em escala ampliada práticas de lgbtfobia, homofobia etc. Desta forma a população LGBTQIAPN+ sofre bastante com o preconceito e se vê impedida de poder expressar suas relações de afeto em ambientes públicos e coletivos - as mesmas relações de afeto expressas de forma comum no cotidiano da cidade por casais heterossexuais. Com intuito de enfrentar a desigualdade neste campo, propomos:

- Defender a criação do Conselho Municipal dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTQIAPN+).
- Articular as políticas de assistência social e habitação para garantir o direito à moradia da população LGBTQIAPN+, criando unidades de acolhimento – não só para abrigo transitório de pessoas expulsas do lar familiar e/ou em situação de rua, mas também programa de moradia popular, respeitando as diversas configurações familiares.
- Desenvolver uma política municipal para prevenir a discriminação e o preconceito contra as pessoas trans na infância e na adolescência, com ênfase na educação formal e em campanhas de difusão dirigidas às famílias.
- Executar formação obrigatória para os servidores de todos os setores sobre os conceitos, leis e tratamento a população LGBTQIAPN+.
- Promover a capacitação e o treinamento para os servidores públicos municipais com objetivo de conscientizar seus integrantes a respeito da

diversidade sexual e dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+.

- Desenvolver um plano municipal contra os crimes motivados pelo preconceito e a violência LGBTfóbica, com a integração de políticas de educação e cultura, comunicação social, segurança, justiça e outras;
- Prevenir e enfrentar o bullying e a violência LGBTfóbica e promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade, através de educação permanente para os direitos humanos;
- Produzir material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para uso na formação de educadores, educadoras, estudantes, servidores de todos os setores do município.
- Criar uma linha de cuidado às mulheres LGBTQIAPN+ e homens trans, enfrentando também a violência ginecológica e obstétrica no atendimento à saúde.
- Possibilitar o uso de nome social nas escolas – na perspectiva do **DECRETO FEDERAL Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016**.
- Promover uma educação democrática e pluralista, estabelece políticas para uma escola sem LGBTfobia e para a proteção dos direitos dos e das estudantes LGBTQIAPN+.
- Criar programas de assistência, orientação e formação técnica e profissional especializada, para facilitar a inserção da população LGBTQIAPN+ e, em especial, das pessoas trans adultas no mercado de trabalho.
- Realizar um levantamento de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua e da cobertura e situação dos diversos planos de moradia já existentes.
- Implementar uma política de atenção integral à saúde de trabalhadores/as sexuais.
- Realizar campanhas de prevenção ao suicídio de pessoas LGBTQIAPN+ e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

8. POLÍTICAS PARA AS MULHERES

As mulheres e, principalmente as mulheres negras, estão entre o contingente populacional mais atingido pela situação de pobreza. As mulheres recebem menores salários em relação aos homens e as mulheres negras estão comumente inseridas nas formas mais precárias de trabalho, recebendo menor renda e enfrentando desafios diversos quanto à sobrevivência material, conforme apontam os vários dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Alia-se a esta dimensão concreta, a reprodução do machismo e da forma particular do patriarcado nessa sociedade, o que atinge as mulheres quanto às diversas situações de violência doméstica, incluindo os numerosos casos de homicídios.

Segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), em 2023, o Espírito Santo teve o registro de mais de 21 mil agressões a mulheres, sendo 60 casos por dia, resultando em 35 óbitos por feminicídio, entre eles 22 mulheres negras. Este quadro, que tem íntima relação com o machismo e racismo, deve ser enfrentado em nossa cidade.

Neste sentido, propomos

- Reduzir o analfabetismo e aumentar o nível de escolaridade das mulheres, dando atenção especial às mulheres em situação de rua, às mulheres com deficiência, às mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema carcerário, às adolescentes que cumprem ou cumpriram medidas socioeducativas.
- Capacitar e qualificar profissionalmente as mulheres, inclusive nas áreas consideradas tradicionalmente como masculinas, garantindo a inclusão digital e observando as especificidades geracionais, culturais, territoriais e étnico-raciais.
- Ampliar o acesso das mulheres com deficiência no mercado de trabalho formal e incentivar a implementação da política de cotas para pessoas com deficiência nas empresas;
- Criar uma linha de cuidado às mulheres, enfrentando também a violência ginecológica e obstétrica no atendimento à saúde.
- Apoiar iniciativas de geração de renda protagonizadas por mulheres, na

perspectiva da economia solidária, e auxiliar o acesso dessas mulheres às linhas de crédito produtivo e ao apoio técnico necessário para o desempenho de sua atividade.;

- Campanhas de explicação, conscientização e combate ao machismo, incluindo o estímulo a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres;
- Criação de escolas de educação infantil em tempo integral.
- Construir restaurantes populares e oferecer cozinhas e lavanderias coletivas nos bairros.
- Combater a precarização do trabalho, a terceirização e a degradação do trabalho. Informar às trabalhadoras sobre os seus direitos a fim de combater a violência institucional nas empresas privadas e instituições públicas, sobretudo o assédio moral e sexual.
- Apoiar os grupos de mulheres da agricultura familiar, garantindo o acesso à água e à terra.
- Valorizar o trabalho doméstico remunerado e incentivar a formalização das empregadas domésticas.
- Prioridade às mulheres nos programas de habitação.
- Os corpos das mulheres não são públicos: campanhas contra o assédio sexual e treinamento das guardas municipais e trabalhadores do transporte público para lidar com as ocorrências.
- Fomentar a participação feminina, em especial das mulheres negras, na política e em todos os espaços públicos.
- Direito à amamentação digna. Incentivar e fiscalizar a aplicação da portaria 193 do Ministério da Saúde que prevê salas de amamentação nas empresas, e espaço próprio, adequado para que as mães servidoras públicas possam amamentar seus filhos, conforme a CLT.
- Humanização dos profissionais e serviços. Educação continuada de profissionais de saúde, incluindo residentes em Ginecologia, Obstetrícia e Saúde da Mulher, sobre as necessidades reais das mulheres, seu acolhimento psíquico e físico, especialmente, a condução de situações de abortamento

baseado nas diretrizes da OMS e na Lei nº 12.845/2013.

- Rede forte de apoio e amparo as mulher com direito a realização do aborto (dentro do que a legislação atual permite).
- Discutir junto da sociedade o tema do aborto a partir dos dados concretos da realidade e visando preservar a vida das mulheres, enfrentando os argumentos apalancados no fundamentalismo religioso.
- Estabelecer políticas que visem a denúncia, o combate e a eliminação de práticas de assédio sexual contra as mulheres nos transportes públicos.

9. COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PESCADORES ARTESANAIS

O Município de Vila Velha possui um litoral de 32km de extensão, o que proporciona um enorme potencial pesqueiro e importante fonte de subsistência para diversas comunidades da região. A pesca artesanal faz parte da cultura local dos moradores, sendo esta, inclusive, a única fonte de renda de muitas famílias e envolve não apenas a atividade de pesca propriamente dita, como também a produção de materiais utilizados na atividade, como a confecção de redes de pesca que geralmente é passada de pais para filhos.

Apesar da importância cultural, social e econômica, a atividade pesqueira no município possui um histórico de abandono e sofre com a falta de assistência para adquirir materiais e equipamentos, falta de incentivo ao potencial turístico, falta de infraestrutura nos pontos de desembarque de pescados, e, principalmente, sofre com o processo de gentrificação que causa grande impacto negativo na vida dos pescadores e de suas famílias, prejudicando a permanência das comunidades pesqueiras nos principais pontos de pesca e pondo em risco uma forte tradição do município.

Nesse sentido, propomos:

- Reconhecer, valorizar e proteger a pesca artesanal como tradição cultural local e incentivar roteiros turísticos.
- Formular políticas públicas para conter a gentrificação e preservar as

comunidades pesqueiras em seus locais de origem.

- Construir centros de armazenamento refrigerados para os pescados.
- Criar oficinas de reparo de barcos e equipamentos de pesca.
- Fazer estudo de impacto ambiental com vistas a manter o equilíbrio saudável entre o desenvolvimento da comunidade pesqueira e a preservação da natureza.
- Apoiar a criação de cooperativas e firmar parcerias com escolas, hospitais, abrigos, casas de repouso, casas de passagem e presídios, para que os pescadores possam comercializar seus produtos de forma justa, destinando os pescados para a alimentação de alunos, pacientes e internos.
- Criar políticas públicas voltadas à saúde da comunidade pesqueira.
- Facilitar os processos de financiamento da atividade de pesca artesanal.

10. POPULAÇÃO IDOSA

Em Vila Velha, os idosos formam uma parte significativa da população e enfrentam desafios específicos relacionados ao envelhecimento. Segundo dados do censo demográfico de 2022, Vila Velha está entre os municípios da Grande Vitória com maior população idosa foram Vila Velha com 81.049 (números absolutos).

Nesse sentido propomos:

- No âmbito da Assistência Social criar novos Centros de Convivência do Idoso (CCI), em todas as regiões administrativas de Vila Velha, e implementar atividades, como: Atividades socioassistenciais, acolhida, escuta qualificada, dentre outros.
- No âmbito da saúde, criar novos centros de referência e atenção ao idoso (CRAI), equipamento para atenção e atendimento especializado, em todas as regiões administrativas de Vila Velha.
- Fortalecer os CRAS (centro de referência de assistência social) para atendimento do idoso e sua família, com orientação e encaminhamento para os serviços necessários.

- Oferecer professores de educação física nas academias populares, priorizando a atenção aos idosos , como avaliação física, alongamento, ginástica e zumba, dentre outros.
- Incentivar Iniciativas para conscientizar a população sobre as necessidades dos idosos, promovendo uma cultura de respeito e inclusão.

Essas medidas são essenciais para criar uma cidade verdadeiramente acolhedora e inclusiva para a terceira idade, promovendo a qualidade de vida e a independência dos idosos em Vila Velha.

11. ACESSIBILIDADE: UMA CIDADE PARA TODOS E TODAS

Desejamos tornar Vila Velha uma cidade inclusiva e equitativa, a acessibilidade deve ser um dos pilares fundamentais de um plano de governo municipal. A verdadeira acessibilidade vai além da implementação de rampas e sinalizações; trata-se de garantir que todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, possam desfrutar plenamente dos espaços urbanos, serviços públicos e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Nosso compromisso é transformar Vila Velha em um exemplo de cidade acessível, promovendo a inclusão social e a equidade a todos e todas. Acreditamos que uma cidade acessível é uma cidade mais justa, onde cada pessoa tem a oportunidade de viver com dignidade e participar ativamente da vida comunitária.

Por isso propomos:

- Garantir o acesso a todas e todos e a correta observação das normas da ABNT de acessibilidade, bem como o Decreto Federal 5296/04 nos projetos habitacionais e urbanos, nos ambientes internos de áreas comuns públicas, como em órgãos públicos.
- Garantir trabalho e renda em condições dignas e suficientes para todas e todos, estimulando o cumprimento de programas de inclusão de pessoas com deficiência no mundo formal do trabalho, bem como no emprego apoiado e em “reserva de vagas” nos concursos públicos.
- Implementar projetos e programas de proteção públicos e inclusivos (abrigo, alimentação, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, renda, habitação, mobilidade, segurança, etc.).

residências inclusivas, assistivas, atendimento domiciliar multidisciplinar e atendimento ambulatorial e hospitalar adequados), voltados principalmente às pessoas com deficiência que não tenham suporte familiar ou independência pessoal e social, bem como serviços de informação, orientação e apoio sobre os benefícios previstos garantidos pela legislação;

- Acolher de maneira inclusiva as mulheres com deficiência nos equipamentos da Assistência Social e da Secretária de Saúde, com equipe multidisciplinar preparada para atender este público;
- Implantar ações que promovam a emancipação da pessoa com deficiência, sobretudo negras e negros, mães atípicas e cuidadores, tais como programas de reabilitação e oficinas de micro-acessibilidade, particularmente em áreas periféricas e de maior vulnerabilidade, com vistas a incentivar a participação comunitária e social, ampliando o exercício da cidadania e da inclusão.
- Efetivar a participação de pessoas com deficiência nos espaços de controle social já existentes e aprimorar os conselhos de políticas e de direitos, bem como criar fóruns populares e conselhos de orçamento.
- Implementar, aprofundar e aprimorar a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com o devido Apoio Educacional Especializado (AEE).
- Garantir o pleno acesso e a permanência de educandos com deficiência na rede pública de ensino, proporcionando os apoios necessários às pessoas e à comunidade escolar.
- Garantir que equipamentos, espaços e serviços culturais, esportivos e de lazer, públicos ou privados, sejam totalmente acessíveis em termos arquitetônicos, tecnológicos, de comunicação e atitudinais.
- Implementar políticas de acessibilidade plena no transporte coletivo, à luz da legislação vigente, de modo a garantir a autonomia das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.
- Implementar a sinalização sonora dos semáforos de pedestres da cidade;
- A implementação de um turismo acessível, promovendo a inclusão social, garantindo os direitos das pessoas com deficiência e aumentar o potencial turístico do município, transformando as áreas turísticas em espaços acolhedores para todos.
- Implantar pontos de ônibus bem equipados com abrigos, assentos confortáveis e informações claras, assegurando a comodidade dos usuários de idade mais

avançada.

- Fiscalizar e incentivar a construção de calçadas bem conservadas, com piso tátil, rampas de acesso e sinalização adequada, facilitando a mobilidade dos idosos.

12. POPULAÇÃO JOVEM

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), jovens são pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Em 2021, os jovens representavam 23% da população brasileira, somando mais de 47 milhões de pessoas. Nesse contexto, um em cada cinco jovens brasileiros entre 15 e 29 anos não estudava nem estava ocupado em 2022.

Usando com base informações nacionais e a realidade vivenciada, propomos para a juventude de Vila Velha:

- Empoderamento do Conselho de Juventude, trazendo também funções deliberativas ao conselho. Para isso propomos a revisão e atualização do regimento do Conselho de Juventude para incluir maior autonomia e poder decisório em políticas públicas voltadas para a juventude.
- Garantir a participação ativa de jovens em todas as etapas de desenvolvimento e implementação de políticas públicas.
- Integração da juventude em Espaços Culturais e Esportivos, não só nos espaços educacionais, abrindo possibilidade de debates sobre gênero e trabalho, entre outros assuntos de interesse da juventude.
- Criar e apoiar programas que promovam a inclusão de jovens em atividades culturais e esportivas. Estabelecer parcerias com ONGs, clubes esportivos e centros culturais para oferecer oficinas, eventos e competições.
- Replicar os Centros de Referência de Juventude (CRJ), utilizando o modelo do CRJ do governo estadual, em diferentes regiões da cidade, oferecendo serviços de lazer, empregabilidade, socialização e propagação cultural. Cada CRJ deverá contar com atividades de formação profissional, atendimento psicológico, eventos culturais e esportivos.

- Fomentar **grêmios estudantis** nas escolas municipais com poder de deliberação e que tenham representação nos conselhos escolares. Prover capacitação para que esses grêmios possam participar ativamente na tomada de decisões sobre melhorias nas escolas.
- Criação do Fórum Permanente de Juventude, um espaço contínuo de debate e formulação de políticas, onde jovens possam discutir suas necessidades e propostas. O Fórum deverá reunir-se regularmente e ter representatividade de diversas áreas e segmentos da juventude.
- Melhorar a saúde física e mental dos jovens de Vila Velha, através de programas específicos para a saúde dos jovens, incluindo campanhas de prevenção e conscientização sobre saúde mental, sexualidade e uso de substâncias ilícitas. Ampliar o acesso a serviços de saúde voltados para os jovens em unidades básicas de saúde e escolas.
- Implementar programas de educação continuada para jovens que abandonaram a escola, facilitando o retorno aos estudos por meio de modalidades flexíveis, como ensino noturno, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e cursos online.
- Firmar parcerias criando incentivos fiscais, com empresas locais para criar programas de estágio, aprendiz e trainee, oferecendo experiência prática e facilitando a entrada dos jovens no mercado de trabalho.
- Oferecer suporte psicológico e social nos Centros de Capacitação e Inclusão, ajudando os jovens a superar barreiras emocionais e sociais que dificultam sua reintegração educacional e profissional.
- Incentivar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais nos cursos e programas, preparando os jovens para lidar com desafios no ambiente de trabalho e na vida pessoal.

13. CONCLUSÃO

A elaboração deste plano de governo reflete nosso compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, diversa e sustentável. Nosso objetivo central é promover a justiça social, assegurando que todas as pessoas, independentemente de sua origem, tenham acesso a oportunidades equitativas e a uma vida digna. A implementação de políticas voltadas para a diversidade é essencial para reconhecer e valorizar as diferentes identidades e culturas que compõem nosso município, promovendo a inclusão e o respeito mútuo.

Além disso, a preservação do meio ambiente é uma prioridade inegociável. Nosso desenvolvimento econômico e social deve estar alinhado com práticas sustentáveis que garantam a proteção dos recursos naturais para as gerações futuras. Por meio de ações integradas e colaborativas, buscamos reduzir os impactos ambientais, promover a educação ambiental e incentivar a adoção de tecnologias limpas e renováveis e tornar a cidade mais acessível.

Para alcançar esses objetivos, é fundamental que a administração pública trabalhe em parceria com a sociedade civil, as instituições de ensino, o setor privado e outros atores sociais. Somente através de um esforço coletivo e contínuo será possível transformar nossa cidade em um exemplo de justiça social, diversidade e sustentabilidade.

Estamos determinados a construir um futuro melhor para todos, todas e todes, onde cada cidadão se sinta valorizado, respeitado e tenha a oportunidade de viver em um ambiente saudável e equilibrado. Este plano de governo é o primeiro passo nessa jornada, e contamos com o apoio e a participação de toda a comunidade para torná-lo realidade. Juntos, podemos fazer a diferença e construir uma Vila Velha mais justa, inclusiva e sustentável.

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PROGRAMA

ADRIANA PARANHOS

AILTO VARGAS

ALDINÉA MELLO

ALLAN LOZER

ANDRÉ MOREIRA

ANDRÉIA MENDES

ARTUR DEPIZZOL

BRICE BRAGATO

CAMILA VALADÃO

CLAUDIA MELLO

DANIEL BARBOSA

DAVID VIEGAS

HUDSON VASSOLER

JOÃO MARCHIORE

LUIZ CLÁUDIO MARVILLA

MÔNICA ALVES

MOVIMENTO FOGO NO PAVIO

NÍCOLAS TRANCHO

RENAN DE ALMEIDA

STEPHANY CAETANO

SUELY TAVARES

VINICIUS MACHADO

VINICIUS QUERZONE

WEMERSON TORRES